

CONDIÇÕES, ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS DO TRABALHO NA SAÚDE E BEM-ESTAR DE SERVIDORES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

CONDITIONS, ORGANIZATION AND SOCIO-PROFESSIONAL RELATIONS OF WORK IN THE HEALTH AND WELL-BEING OF EMPLOYEES: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

CONDICIONES, ORGANIZACIÓN Y RELACIONES SOCIOPROFESIONALES DEL TRABAJO EN LA SALUD Y EL BIENESTAR DE LOS EMPLEADOS: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

Larissa Nascimento de Souza

Mestranda em Administração, TJGO, Brasil

larissa_ns@hotmail.com

Hérica Landi de Brito

Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), UNiAlfa, Brasil

herica.landi@unialfa.com

Resumo

O estudo analisou as condições, a organização e as relações socioprofissionais do trabalho e seus impactos na saúde e no bem-estar dos servidores públicos, com ênfase no contexto do Poder Judiciário. Realizou-se uma revisão da literatura nas bases de dados SciELO e CAPES. As combinações de termos utilizados para a pesquisa foram: adoecimento and ambiente profissional and bem-estar psicológico and gestão or prevenção. No total, foram escolhidos 13 pesquisas, sendo 4 dissertações. Os resultados apontam que a sobrecarga de tarefas, a ausência de reconhecimento institucional, o assédio moral e a rigidez hierárquica são os principais elementos associados a transtornos mentais comuns, ansiedade, depressão e síndrome de burnout. Evidenciou-se que o avanço tecnológico e o teletrabalho, embora promovam flexibilidade, intensificam o isolamento social e fragilizam os vínculos profissionais. Conclui-se que a promoção da saúde mental no serviço público requer políticas institucionais integradas e permanentes, voltadas à prevenção, acolhimento e valorização dos servidores. Entre as lacunas observadas, destacam-se a escassez de estudos empíricos longitudinais e a ausência de análises interseccionais que considerem gênero, raça e condições laborais específicas. Recomenda-se que futuras pesquisas explorem o impacto das políticas de saúde mental e das práticas de gestão humanizada sobre o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores públicos.

Palavras-chave: Adoecimento; Ambiente Profissional; Bem-Estar Psicológico; Gestão e prevenção.

Abstract

This study analyzed the conditions, organization, and socio-professional relationships of work and their impacts on the health and well-being of public servants, with an emphasis on the context of the Judiciary. A literature review was conducted in the SciELO and CAPES databases. The combinations of terms used to search for articles were: illness and professional environment and psychological well-being and management or prevention. In total, 13 studies were selected, including 4 dissertations. The results indicate that task overload, lack of institutional recognition, moral harassment, and hierarchical rigidity are the main elements associated with common mental disorders, anxiety, depression, and burnout syndrome. It was evident that technological advancement and teleworking, while promoting flexibility, intensify social isolation and weaken professional bonds. It is concluded that promoting mental health in the public service requires integrated and permanent institutional policies focused on prevention, support, and appreciation of public servants. Among the observed gaps, the scarcity of longitudinal empirical studies and the absence of intersectional analyses that consider gender, race, and specific working conditions stand out. It is recommended that future research explore the impact of mental health policies and humanized management practices on the well-being and quality of life of public servants.

Keywords: Illness; Workplace environment; Psychological well-being; Management and prevention.

Resumen

Este estudio analizó las condiciones, la organización y las relaciones socioprofesionales del trabajo y su impacto en la salud y el bienestar de los funcionarios públicos, con énfasis en el contexto del Poder Judicial. Se realizó una revisión bibliográfica en las bases de datos SciELO y CAPES. Las combinaciones de términos utilizadas para la búsqueda de artículos fueron: enfermedad y entorno profesional, y bienestar psicológico y gestión o prevención. En total, se seleccionaron 13 estudios, incluyendo 4 tesis doctorales. Los resultados indican que la sobrecarga de trabajo, la falta de reconocimiento institucional, el acoso moral y la rigidez jerárquica son los principales elementos asociados con trastornos mentales comunes, ansiedad, depresión y síndrome de burnout. Se evidenció que el avance tecnológico y el teletrabajo, si bien promueven la flexibilidad, intensifican el aislamiento social y debilitan los vínculos profesionales. Se concluye que promover la salud mental en el servicio público requiere políticas institucionales integrales y permanentes centradas en la prevención, el apoyo y el reconocimiento de los funcionarios públicos. Entre las deficiencias observadas, destaca la escasez de estudios empíricos longitudinales y la ausencia de análisis

interseccionales que consideren el género, la raza y las condiciones laborales específicas. Se recomienda que futuras investigaciones exploren el impacto de las políticas de salud mental y las prácticas de gestión humanizadas en el bienestar y la calidad de vida de los funcionarios públicos.

Palabras clave: Enfermedad; Entorno laboral; Bienestar psicológico; Gestión y prevención.

1. Introdução

O ambiente de trabalho constitui elemento determinante para a promoção ou deterioração da saúde física e mental dos indivíduos. As transformações produtivas das últimas décadas, impulsionadas pela inovação tecnológica, reestruturações organizacionais e novas exigências de desempenho, modificaram profundamente as relações laborais. Essa dinâmica elevou o nível de cobrança e intensificou o ritmo das atividades, ampliando os riscos de adoecimento físico e psíquico (Biel et al., 2025). No setor público, especialmente em instituições com forte demanda emocional e complexidade técnica, como o Poder Judiciário, essas condições tornam-se ainda mais evidentes.

A presente pesquisa analisa os impactos do contexto laboral na saúde e no bem-estar dos servidores, principalmente do poder judiciário, com ênfase nos fatores organizacionais e psicossociais que interferem na qualidade de vida e na motivação profissional. O estudo adota abordagem interdisciplinar, fundamentada em referenciais da Administração, Psicologia e Direito, permitindo compreender como o ambiente institucional pode se constituir simultaneamente em espaço de realização e sofrimento.

Com o avanço da industrialização e da mecanização das atividades, as tarefas tornaram-se cada vez mais repetitivas, fragmentadas e submetidas a pressões por resultados. Sicoli (2011) observa que tais mudanças provocaram aumento expressivo das doenças ocupacionais, com destaque para lesões musculares e distúrbios osteomusculares. Contudo, o sofrimento no trabalho

ultrapassa o corpo e alcança o campo psicológico. Prestes (2016) argumenta que o mal-estar profissional manifesta-se em forma de desordens emocionais, conflitos interpessoais e desmotivação, muitas vezes invisibilizados nas rotinas institucionais.

A saúde do trabalhador, conforme o Ministério da Saúde (Brasil, 2018), deve ser entendida de forma integral, abrangendo as condições laborais, a organização produtiva e as relações socioprofissionais. A inserção dos indivíduos em determinadas estruturas de trabalho influencia diretamente os padrões de adoecimento, afastamento e mortalidade. Nesse sentido, políticas públicas de promoção da saúde exigem análise dos fatores econômicos, tecnológicos e organizacionais que modulam as experiências de sofrimento e prazer no trabalho.

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à saúde como princípio fundamental e estabelece a proteção do ambiente laboral como dever do Estado e das instituições. O artigo 7º, inciso XXII, garante a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança, enquanto o artigo 196 reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado. A interdependência entre saúde e trabalho assume, portanto, caráter constitucional, consolidando a necessidade de políticas institucionais de prevenção e cuidado (Brasil, 1988).

O estudo também se orienta pelo entendimento de Minardi (2010), para quem a saúde mental representa um estado de equilíbrio psicológico e emocional, dependente da harmonia entre fatores internos e externos. A ausência desse equilíbrio compromete o desempenho, a criatividade e as relações interpessoais. Biel et al. (2025) reforçam que o acúmulo de pressões e a ausência de reconhecimento institucional produzem sintomas de angústia, desânimo e fadiga emocional, elementos que configuram o sofrimento psíquico no trabalho.

Nesse contexto, analisar as condições, a organização e as relações socioprofissionais de servidores do poder judiciário torna-se essencial para compreender a complexa rede de fatores que afetam a saúde dos servidores. O ambiente laboral, quando estruturado com base em reconhecimento, apoio

institucional e condições adequadas, contribui para o engajamento e a produtividade. Contudo, quando permeado por sobrecarga, falta de valorização e conflitos interpessoais, transforma-se em fonte de sofrimento e adoecimento. Assim, a pesquisa visa responder ao seguinte problema: De que forma as condições, a organização e as relações socioprofissionais do trabalho influenciam a saúde e o bem-estar dos servidores públicos no contexto do Poder Judiciário brasileiro?

1.1 Objetivos Gerais

O presente estudo tem como objetivo apresentar as condições, organização e relações socioprofissionais do trabalho na saúde e bem-estar de servidores, de acordo com a literatura disponível.

2. Revisão da Literatura

Este capítulo apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, com base em abordagens interdisciplinares. Inicialmente, discute-se o conceito de saúde relacionada ao trabalho, situando sua importância no contexto organizacional do serviço público.

2.1 Saúde relacionada ao trabalho e às organizações

A saúde no contexto laboral tornou-se um dos principais desafios da gestão pública contemporânea, sobretudo diante das transformações que redefiniram a natureza do trabalho e ampliaram a incidência de transtornos mentais. Mudanças organizacionais, reestruturações de cargos e exigências crescentes de produtividade impactaram diretamente o bem-estar psíquico dos trabalhadores (Zanelli, 2010). No setor público, a intensificação das demandas e a burocratização

dos processos acentuam tensões e comprometem o equilíbrio emocional dos servidores.

O campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT) emerge como área interdisciplinar que busca compreender os efeitos das condições organizacionais sobre a saúde dos trabalhadores. Seligmann-Silva (2011) destaca que o estudo da SMRT envolve o diálogo entre Psicologia, Administração e Sociologia, pois o sofrimento no trabalho resulta de processos coletivos e não apenas de fragilidades individuais. A análise deve, portanto, abranger fatores estruturais, relações de poder e políticas institucionais.

A transição do sofrimento psíquico para o adoecimento mental decorre de múltiplos fatores: carga de trabalho excessiva, vigilância constante, ausência de autonomia e controle, além de deficiências de comunicação entre as equipes. Franco et al. (2010) salientam que, quando o trabalhador não encontra sentido em suas atividades, o trabalho perde sua dimensão simbólica e torna-se fonte de dor. A ausência de reconhecimento e a desvalorização profissional rompem o vínculo entre identidade e ocupação, elemento essencial para o equilíbrio emocional.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde mental como estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença (Camargo; Neves, 2004). Nessa perspectiva, o trabalho precisa oferecer condições que permitam a expressão das potencialidades humanas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2002) reforça que fatores como clareza de papéis, autonomia, suporte institucional e ambiente físico adequado constituem determinantes centrais da saúde no trabalho.

Os riscos psicossociais englobam elementos do ambiente organizacional que favorecem o estresse e o sofrimento psíquico, como pressões por metas, assédio moral e instabilidade institucional. Dejours e Abdoucheli (1990) explicam que as condições de trabalho, ao lado das interações sociais, definem o nível de equilíbrio ou desgaste emocional do trabalhador. A inadequação estrutural, a

ausência de espaços de escuta e a rigidez hierárquica configuram fatores que comprometem o bem-estar e favorecem o adoecimento.

No contexto do serviço público, as exigências de eficiência e a limitação de recursos humanos impõem desafios adicionais. As condições laborais refletem a tensão entre o dever institucional e a preservação da saúde dos servidores. Silva (2019) destaca que a precarização e a intensificação do trabalho estatal repercutem diretamente na qualidade de vida e nas relações interpessoais. A SMRT, portanto, torna-se ferramenta estratégica para diagnosticar desequilíbrios e propor ações de gestão voltadas à prevenção.

A compreensão da saúde laboral requer uma leitura integrada entre os planos físico, emocional e social. O trabalho, ao mesmo tempo em que constitui espaço de realização, pode converter-se em ambiente de sofrimento quando rompe o equilíbrio entre exigências e reconhecimento.

3. Metodologia

A coleta de dados ocorreu por meio de uma pesquisa de levantamento da literatura nas seguintes bases de dados indexadas: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal da CAPES, para a busca das publicações em inglês ou português no período de 2019 a 2024, totalizando cinco anos. As combinações de unitermos utilizadas para buscar foram: adoecimento AND ambiente profissional AND bem-estar psicológico AND gestão OR prevenção.

Os critérios para inclusão foram os seguintes: 1) Pesquisas publicadas em português, inglês ou espanhol; 2) Publicações datadas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2024; e 3) Estudos que tratassesem da questão do adoecimento associado ao trabalho do servidor público.

No início, identificaram-se 86 estudos, dos quais foram removidos 6 duplicados, 59 que não abordavam o tema do trabalho, e 8 que eram de acesso pago, restando assim 13 publicações. Dessa forma, 13 estudos foram examinados

na íntegra, levando em conta critérios bibliométricos, além de aspectos metodológicos e os resultados das investigações.

4. Resultados e Discussões

4.1 Dados epidemiológicos de saúde relacionada ao trabalho

Para ilustrar a dimensão e a gravidade da saúde relacionada ao trabalho, apresentam-se a seguir dados epidemiológicos recentes, com enfoque especial na situação brasileira. Ao criar uma conexão entre a saúde e o ambiente de trabalho, identificando as potenciais causas e consequências que o emprego pode ter sobre o bem-estar mental dos indivíduos nas empresas, fortalece-se a compreensão do campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT). A SMRT desperta interesse em diversas áreas de pesquisa, abrangendo diferentes disciplinas, cada uma com suas próprias interpretações e contribuições, o que a caracteriza como um campo de estudo multidisciplinar. De acordo com Silva (2019), os estudos nesse campo estão relacionados às ciências sociais e comportamentais, e para que a investigação seja lógica, é imprescindível a colaboração entre as diversas áreas que se dedicam à SMRT.

A conexão entre saúde e emprego abrange várias visões que se complementam mutuamente. De um lado, as formas atuais de produção incorporam uma lógica de produtividade que costuma culpar o empregado pelo seu próprio sofrimento. Essa visão relaciona o aparecimento de sintomas à incompatibilidade do empregado, considerando-os como resultado da integração no ambiente de trabalho. De maneira inversa, as interações entre saúde e emprego estão intrinsecamente ligadas às discussões atuais sobre saúde, especialmente no campo da psiquiatria, que considera sintomas e diagnósticos médicos como reflexos do sofrimento vivenciado no dia a dia.

Em março de 2025, o Ministério da Previdência Social apresentou informações que expõem uma situação alarmante em relação à saúde mental dos profissionais no Brasil. Conforme uma pesquisa realizada, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contabilizou mais de 3,5 milhões de solicitações de afastamento médico em 2024, das quais 472.328 foram devido a questões relacionadas à saúde. O número de casos subiu 68% em comparação a 2023, alcançando o nível mais alto desde 2014. As descobertas mais relevantes são: A ansiedade e a depressão são as condições que mais levaram ao absenteísmo. A maior parte das pessoas afastadas é composta por mulheres¹ (64%). A idade média dos indivíduos que foram afastados é de 41 anos. Os estados que apresentam o maior total de afastamentos são: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As unidades federativas com a maior taxa de afastamentos em relação à população são: Distrito Federal, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Brasil, 2025).

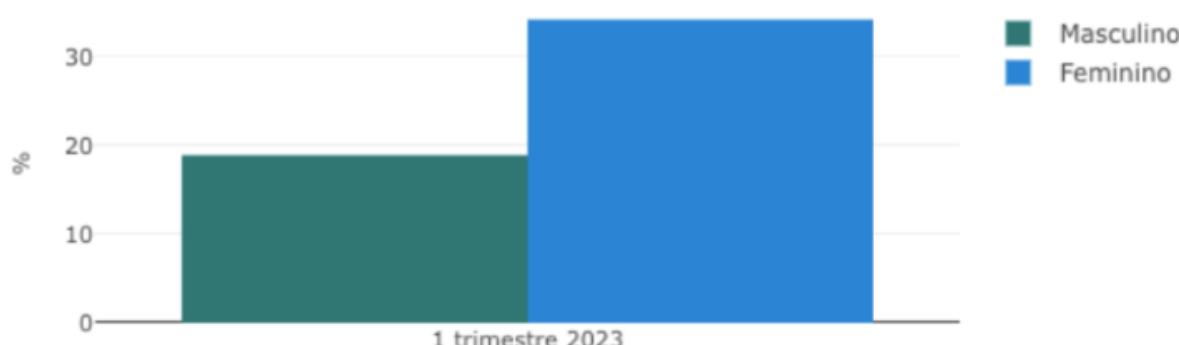
A OMS descreve a saúde mental como um componente essencial da saúde e do bem-estar, que apoia nossa capacidade, tanto individual quanto coletiva, de tomar decisões, construir relacionamentos e influenciar o ambiente em que estamos inseridos. Os distúrbios mentais, com diferentes graus de severidade, podem impactar de maneira considerável o bem-estar emocional, físico, social, profissional e financeiro dos indivíduos. Pessoas que enfrentam questões relacionadas à saúde apresentam maior dificuldade para lidar com desafios cotidianos, frequentemente isolando-se e apresentando sintomas físicos. Além da dor psicológica, também possuem risco aumentado de desenvolver enfermidades físicas (Brasil, 2025).

¹ Uma pesquisa evidenciou que, mulheres apresentaram uma probabilidade 1,6 vezes maior de reportar esgotamento emocional em relação aos homens. O mesmo autor ressalta que a renda média informada por médicas foi inferior à dos profissionais do sexo masculino (Wiederhold et al., 2018). A afirmação de que as mulheres também apresentaram níveis mais elevados de burnout está alinhada com a constatação de que muitas médicas enfrentam dificuldades em manter um equilíbrio satisfatório entre suas vidas pessoais e profissionais. Uma possível justificativa é que as mulheres tendem a assumir mais obrigações no ambiente doméstico (Rotenstein et al., 2018).

De acordo com o Relatório Global de Saúde Mental de 2022, a OMS indica que indivíduos com graves problemas de saúde mental têm uma expectativa de vida reduzida, em média, de 10 a 20 anos em comparação com a população geral, principalmente devido a doenças físicas preveníveis. O documento destaca que as condições mentais figuram entre as principais causas de afastamento laboral a nível global. Na mesma linha da crise brasileira, os distúrbios mais frequentes no ambiente de trabalho são a depressão e a ansiedade (Brasil, 2025).

Informações da pesquisa Covitel 2023, acessíveis no Observatório da Saúde Pública, indicam um crescimento nos casos médicos de depressão e ansiedade desde o período anterior à pandemia até o primeiro trimestre de 2023. O crescimento nas licenças médicas devido a questões de saúde mental em 2024 emerge como um reflexo do aumento contínuo de ocorrências de depressão e ansiedade no país (Brasil, 2025). No primeiro trimestre de 2023, as mulheres, que representam a maior parte dos profissionais afastados do trabalho em 2024, foram diagnosticadas com níveis mais altos de ansiedade (34,2%) e depressão (18,1%) em comparação aos homens (Figura 1).

Figura 1 – Diagnóstico médico de ansiedade (autoreferido)



Fonte: Brasil (2025).

Já, a saúde mental das mulheres que atuam em órgãos públicos é um tema que vem ganhando relevância diante das múltiplas pressões e responsabilidades que recaem sobre esse grupo. A sobrecarga de trabalho, aliada à rigidez das estruturas hierárquicas e ao ambiente institucional frequentemente marcado por burocracia e metas elevadas, contribui para o surgimento de quadros de ansiedade, depressão e síndrome de *burnout*. Estudos como o de Vieira (2023) demonstram que as mulheres em cargos públicos enfrentam um duplo desafio, a exigência de desempenho profissional e as responsabilidades familiares, o que intensifica o sofrimento psíquico e a sensação de esgotamento emocional. Essa realidade se agrava nas instituições em que há pouca valorização do cuidado com o servidor e ausência de políticas de saúde mental voltadas à prevenção.

Além disso, o fenômeno da desigualdade de gênero ainda persiste nos espaços públicos, gerando insegurança e sobrecarga simbólica. Segundo Campos e Araújo (2020), a sub-representação feminina em cargos de chefia, o assédio moral e a invisibilidade do sofrimento emocional são fatores que reforçam o adoecimento mental. As mulheres, muitas vezes, sentem-se compelidas a adotar comportamentos de autossuficiência e controle para legitimar sua presença nesses espaços, o que mascara sintomas e dificulta o acesso ao cuidado. Nesse contexto, é fundamental que os órgãos públicos implementem programas de acolhimento psicológico, promovam a escuta sensível e estimulem ambientes institucionais mais humanizados, capazes de equilibrar produtividade e bem-estar emocional.

A crescente crise de saúde mental no ambiente de trabalho resultou em um aumento na busca por serviços de saúde mental oferecidos pelo SUS, em especial na Atenção Primária à Saúde (APS) e nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que fazem parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, publicada em janeiro de 2025, registrou 671.305 atendimentos ambulatoriais vinculados à ansiedade no período de janeiro a outubro de 2024, marcando um aumento de 14,3% em comparação a 2023. De acordo com os dados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) acessíveis no

Observatório de Saúde Pública, o Brasil contabilizou, em 2024, 30.449 internações relacionadas à depressão pelo SUS (sistema público e conveniado), das quais 22.924 foram de indivíduos com mais de 25 anos. O grupo é predominantemente composto por mulheres, que representam 63,9% das internações (Brasil, 2025).

O relatório intitulado *Diretrizes sobre Saúde Mental no Trabalho*, desenvolvido pela OMS em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2022, apontou que os transtornos de depressão e ansiedade acarretam um gasto anual de cerca de US\$ 1 trilhão para a economia mundial. O crescimento das faltas no trabalho e os altos gastos com assistência médica contribuem para a perda financeira.

Assim, com a atualização realizada pela portaria MTE 1.419 em 24 de agosto de 2024, a Norma Regulamentadora nº 1 (NR1) passou a englobar a ansiedade, a depressão e outros distúrbios mentais na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). A ação destaca a importância de alocar recursos para a prevenção, fomento e cuidados relacionados à saúde mental, visando aprimorar a qualidade de vida da comunidade da mesma forma que enfrentar o preconceito e incentivar a inclusão social (Brasil, 2024).

Assegurar os direitos dos trabalhadores envolve a criação de um ambiente respeitoso que enfrente as origens da depressão e da ansiedade no local de trabalho. É importante implementar iniciativas de conscientização, orientação e suporte para aqueles que precisam. A criação de locais de trabalho que sejam mais seguros e benéficos à saúde é uma obrigação coletiva, na qual as organizações desempenham um papel essencial nessa missão.

4.2 Adoecimento de servidores públicos: estudos relacionados

Diante desse cenário, este item tem como objetivo apresentar estudos que abordam o adoecimento de servidores públicos, evidenciando a relevância da temática para a compreensão das condições de trabalho no setor público brasileiro.

A literatura recente converge para a compreensão de que o trabalho no serviço público, especialmente no âmbito do Poder Judiciário, configura um espaço de tensões psicossociais intensas, nas quais a organização do trabalho e as condições institucionais exercem papel determinante sobre o bem-estar mental dos servidores. Peixoto e Amazaray (2022) identificam prevalência significativa de Transtornos Mentais Comuns (TMC) entre oficiais de justiça federais, associada à exposição a assédio moral, à ausência de reconhecimento e ao isolamento funcional. Esses fatores revelam um cenário de vulnerabilidade psíquica que se repete em diferentes esferas do serviço público, como evidenciam Souza (2024) e Ribeiro (2022), ao demonstrarem que a falta de políticas efetivas de prevenção e a rigidez hierárquica agravam o sofrimento e comprometem a motivação profissional. A análise conjunta desses autores reforça a urgência de um modelo de gestão pública pautado pela humanização, pelo diálogo institucional e pela valorização subjetiva do servidor.

Outro eixo recorrente nas pesquisas é o impacto das transformações tecnológicas e das novas formas de organização do trabalho sobre a saúde mental. Lima (2021) constata que o teletrabalho, embora traga benefícios em termos de flexibilidade, também potencializa o isolamento social e eleva os índices de adoecimento, especialmente por estresse e ansiedade. Em linha semelhante, Silva (2024) define a síndrome de burnout como expressão contemporânea da precarização laboral, fruto da intensificação de tarefas, da perda de limites entre vida pessoal e profissional e da escassez de suporte institucional. Tais achados revelam que a modernização administrativa, quando não acompanhada de políticas de suporte psicossocial e de acompanhamento contínuo, tende a reproduzir dinâmicas de sofrimento e a reduzir a eficiência coletiva.

Autores como Oliveira e Sousa (2020) e Arnaud e Gomes (2020) ampliam essa reflexão ao destacarem o papel essencial dos profissionais de Serviço Social e Psicologia na mediação entre as demandas institucionais e os direitos dos trabalhadores. As análises apontam que tais profissionais atuam na linha de frente

das políticas de saúde mental, articulando práticas técnico-operativas com ações de mobilização e resistência às formas contemporâneas de precarização. Santos e Viana (2023) acrescentam que, no contexto do Judiciário, o psicólogo exerce função estratégica na humanização da justiça, mas enfrenta desafios estruturais, como sobrecarga e carência de recursos. Essa interface interdisciplinar entre saúde e trabalho evidencia a necessidade de abordagens integradas, que unam gestão de pessoas, escuta institucional e práticas de cuidado coletivo.

Observa-se que os autores convergem na defesa de políticas institucionais de caráter preventivo, educativo e terapêutico, que transcendam ações pontuais e se consolidem como eixo estruturante da gestão pública. A precarização do trabalho, a intensificação tecnológica e o enfraquecimento dos vínculos sociais surgem como determinantes centrais do sofrimento psíquico. Superá-los implica promover uma cultura organizacional fundada nos princípios da dignidade humana, da valorização do servidor e do cuidado como dimensão constitutiva da gestão. Somente a partir dessa inflexão paradigmática será possível construir instituições públicas mais saudáveis, produtivas e justas.

5. Considerações Finais

A análise bibliográfica desenvolvida neste estudo permitiu compreender que as condições, a organização e as relações socioprofissionais do trabalho exercem influência direta sobre a saúde e o bem-estar dos servidores públicos, especialmente no âmbito do Poder Judiciário. As evidências reunidas apontam que os fatores organizacionais e psicossociais como a sobrecarga de atividades, a ausência de reconhecimento institucional, o assédio moral, a rigidez hierárquica e a fragmentação das relações, são determinantes para o surgimento de transtornos mentais comuns, ansiedade, depressão e síndrome de burnout. Assim, a resposta ao problema de pesquisa confirma que o contexto laboral público, quando desprovido de mecanismos de escuta, valorização e equilíbrio entre exigência e

suporte, tende a se constituir como espaço produtor de sofrimento psíquico e de desgaste emocional.

A literatura consultada evidencia, ainda, que a precarização do trabalho e a intensificação tecnológica, aliadas às novas formas de gestão e de controle institucional, reforçam o adoecimento psíquico. O teletrabalho e a digitalização de processos, embora representem avanços em eficiência, também acentuam o isolamento social e reduzem o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, o estudo reafirma a importância de políticas institucionais contínuas e integradas, que priorizem a prevenção, o acolhimento e a promoção da saúde mental dos servidores. Práticas de gestão humanizada, fortalecimento da rede de apoio psicossocial e valorização subjetiva do trabalhador constituem estratégias fundamentais para transformar o ambiente laboral em espaço de realização e equilíbrio.

Apesar dos avanços das pesquisas recentes, identificam-se lacunas relevantes na literatura nacional. A maioria dos estudos concentra-se em análises descritivas e revisões bibliográficas, sem abordagem longitudinal ou comparativa entre diferentes esferas do serviço público.

Diante dessas lacunas, recomenda-se que estudos futuros desenvolvam pesquisas empíricas com metodologia mista, combinando instrumentos quantitativos e qualitativos, capazes de mensurar o impacto de políticas institucionais e práticas de gestão sobre a saúde mental dos servidores. É igualmente necessário ampliar o foco para grupos específicos, como mulheres e profissionais em teletrabalho, cujas experiências revelam vulnerabilidades próprias e persistentes. Investigações voltadas à avaliação da efetividade das ações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à criação de indicadores de bem-estar organizacional também se mostram promissoras para subsidiar políticas públicas de cuidado.

Referências

ALCÂNTARA, V. P et al. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 351-361, 2022.

BARROS JUNIOR, J. O. A. (In)Justiça do Trabalho: O adoecimento mental na perspectiva do Judiciário trabalhista brasileiro. **Botucatu**, 2021.
<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d70864de-c4da-436c-be52-c28401ae78d7/content> Acesso em: out. 2025.

FONSECA, R M C; CARLOTTO, M. S. Saúde Mental e Afastamento do Trabalho em Servidores do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. **Psicol. pesq**, v.5, n.2, pp.117-125, 2011. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472011000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: out. 2025.

LIMA, A. S. **A nova era da virtualização do trabalho no judiciário**: uma análise sobre o teletrabalho na Justiça Trabalhista no Maranhão. 2021. 109 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em:
<https://tede2.ufma.br/jspui/handle/tede/3507?mode=simple> Acesso em: out. 2025.

OLIVEIRA, A. L. X; SOUSA, F D T. Saúde Mental: um artigo de revisão sobre a Saúde Mental no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 11, pp. 198- 212, 2020. Disponível em:
<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/saude-mental-no-brasil> Acesso em: out. 2025.

PEIXOTO, C. R; AMAZARRAY, M. R. Relação Saúde Mental e Trabalho de Oficiais de Justiça Federais: um Estudo Misto no Sul do Brasil. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 22, n. 4, p. 2217-2225, 2022. DOI:
<https://doi.org/10.5935/rpot/2022.4.23280>

PINHEIRO, J. **Saúde Mental, Exoneração e o Caminho da Reintegração para Servidores Públicos**. 2023. Disponível em:
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/saude-mental-exoneracao-e-o-caminho-da-reintegracao-para-servidores-publicos/2066427752> Acesso em: out. 2025.

RIBEIRO, L. C. **Um estudo sobre as políticas de atenção à saúde e o adoecimento dos servidores públicos do Judiciário Federal – Ijuí, 2022**. Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, Unijuí, 2022. Disponível em:

<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/server/api/core/bitstreams/f762fadc-4a75-456b-adb3-59cbe2eada0/content> Acesso em: out. 2025.

SANTOS, S. T; VIANA, M. R. B. **A atuação do psicólogo no poder judiciário: desafios e perspectivas a partir de uma revisão integrativa**, 2023.
DOI:10.55232/1087002.66

SILVA, J. A. R. O. A síndrome de burnout: a doença do trabalho, suas características e riscos à saúde do trabalhador. **Revista Do Tribunal Superior Do Trabalho**, 90(1), 21–38, 2024. DOI: <https://doi.org/10.70405/rtst.v90i1.26>

SILVA, F G. **Proposta de uma prática de avaliação da saúde mental no contexto do trabalho**. 2023. Disponível em:
https://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/33147/3/saudementalteoriaatividade_produto.pdf Acesso em: out. 2025.